

LEITE, Rita Mendonça

Livro, texto e autoridade: diversificação religiosa com a Sociedade Bíblica em Portugal (1804-1940)

Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2019. 763 p. ISBN 978-972-27-2756-3

TOM-ERIC KRIJGER*

doi: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2021.10399>

Centro de Ciências Religiosas, Universidade de Leiden, Países Baixos;
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa, Portugal

 <https://orcid.org/0000-0002-9532-8337>

No Evangelho segundo João 4:35 Jesus de Nazaré é citado dizendo aos seus apóstolos que “as terras [...] já estão brancas para a ceifa”, assim estimulando-os a divulgar a sua Boa Nova no mundo inteiro¹. Recordando-se de este texto, os protestantes britânicos envolvidos na Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira (SBBE), fundada em Londres em 1804, olharam para Portugal no início do século XIX e viram uma tal ‘terra branca’. A partir daquele momento, este país (um baluarte do catolicismo assertivo da Contrarreforma na Idade Moderna) nunca mais desapareceu do horizonte da SBBE.

O versículo bíblico supramencionado também se aplica à historiadora portuguesa Rita Mendonça Leite, que, por dedicar a sua tese de doutoramento às atividades da SBBE em Portugal até 1940, ‘colheu’ numa terra branca, até uma terra amplamente incógnita, sendo a história da distribuição da Bíblia e, em relação com isto, do protestantismo em Portugal. Não foi a primeira vez que ela explorou esta ‘terra’. Já dedicou a sua dissertação de mestrado (publicada em 2009 como o 6.º número da Coleção ‘Estudos de História Religiosa’ do UCP-CEHR) à posição jurídica do protestantismo em Portugal contra o fundo dos debates políticos sobre o alcance da liberdade de religião e a organização do Estado no longo século XIX². Destarte, estabeleceu instantaneamente o seu nome como ‘pioneira’, até mesmo autoridade no campo da história protestante portuguesa.

Prova da riqueza da ‘ceifa’ de Rita Mendonça Leite é que foi atribuída à sua tese de doutoramento (aprovada, por unanimidade, com louvor e distinção na FLUL em 2017) pela Comissão da Liberdade Religiosa (órgão consultivo da Assembleia da República e do Governo em Portugal) o prestigioso Prémio Liberdade Religiosa 2017. Como consequência disso, uma edição adaptada da tese – uma obra de 763 (!) páginas, intitulando-se *Livro, Texto e Autoridade. Diversificação Religiosa com a Sociedade Bíblica (1804-1940)* – foi lançada pela Imprensa Nacional-Casa de Moeda em Lisboa em 2019.

Quanto mais volumoso o livro, mais oportunidade para o crítico de designar erros de língua ou de lógica e identificar redundância. Mas neste caso, não há nenhuma razão para isso. Se bem que um livro muito detalhado e escrito num estilo erudito como este não raramente pareça ser ilegível na prática, o leitor de *Livro, Texto e Autoridade* nunca perde o fio à meada e põe o livro de lado de mau grado. Com efeito, a autora conseguiu integrar todos os seus

* Agradecimentos ao Dr. Timóteo Cavaco (CEG-UAb; IHC-NOVA; UCP-CEHR) pelas suas correções linguísticas.

1 Citado da *Bíblia Sagrada Almeida Revista e Corrigida*.

2 Rita Mendonça Leite – *Representações do protestantismo na sociedade portuguesa contemporânea. Da exclusão à liberdade de culto (1852-1911)*. Lisboa: CEHR-UCP, 2009.

dados numa narrativa fluente e convincente. Fez uma proeza heurística admirável: consultou intensivamente os arquivos da SBBE alojados na biblioteca da Universidade de Cambridge no Reino Unido e colecionou periódicos e uma enorme quantidade de literatura (obscura) em bibliotecas portuguesas e estrangeiras. Abrangendo o período entre 1804 (o ano de fundação da SBBE) e 1940 (quando se realizou o primeiro Congresso Bíblico Português, a primeira verdadeira manifestação do protestantismo em Portugal ao nível nacional), o livro é composto de quatro linhas temáticas, divididas num mesmo número de capítulos.

O primeiro capítulo começa com uma profunda introdução à SBBE e ao contexto em que ela surgiu. Rebento do ‘revivalismo’ evangélico no mundo anglófono por volta de 1800, a SBBE foi criada em 1804 com o duplo objetivo de impugnar “ignorância, superstição e idolatria” (palavras de conotação antipapista) e neutralizar a profanação do cristianismo pelos “infieis” (uma referência evidente aos elementos iluministas anticlericais) tanto no Reino Unido como noutras lugares (p. 41). Consistindo desde o início (embora com algumas fricções) de anglicanos e protestantes de outras denominações, a SBBE simplesmente pretendia divulgar a Bíblia em inglês e noutras línguas sem adotar uma posição teológica particular. Portanto, não vendeu tratados religiosos ou sermões, nem se declarou inequivocamente contra a inclusão dos livros deuterocanônicos (que não são incluídos no cânone bíblico protestante) nas bíblias que distribuiu, nem ultimamente impôs o assentimento à doutrina da Trindade como condição de filiação, nem rejeitou categoricamente traduções da Bíblia baseadas na Vulgata (a única tradução aprovada pela Igreja Católica Romana). Insatisfação com isto resultou em 1831 na formação da Sociedade Bíblica Trinitária (SBT), que, seguindo o exemplo da SBBE, ia pôr em circulação bíblias em português, mas nunca conseguiria ameaçar as atividades da SBBE em Portugal.

Estas começaram em 1809 (apenas cinco anos depois da criação da SBBE!) na Madeira, onde, logo depois, graças aos esforços do comerciante britânico Thomas H. Edwards e do médico escocês Robert Kalley (identificado na historiografia como o iniciador da primeiríssima congregação protestante autóctone em Portugal), a distribuição bíblica parecia desenvolver-se com prosperidade. A área de trabalho da SBBE estendeu-se para Lisboa em 1810, outros sítios em Portugal continental em 1812, os Açores em 1821 e Cabo Verde em 1822. Porém, por consequência de uma grande oposição pelas autoridades políticas e eclesiásticas católicas romanos, as atividades da SBBE mais ou menos pararam (por um tempo prolongado) nos três arquipélagos atlânticos nos meados da década de 1840 e, também por causa da “apatia” dos portugueses (p. 114), não tiveram muito êxito no continente até 1864.

Este ano marcou o início de uma nova fase na história da presença da SBBE em Portugal: abriu-se, num clima político um pouco mais favorável, uma agência em Lisboa, de onde foram coordenadas as atividades da SBBE no país sob a direção de um ‘superintendente’. O segundo capítulo meticolosamente descreve a estruturação, a institucionalização, a consolidação e o desenvolvimento destas tanto como as vicissitudes dos superintendentes (que eram, sem exceção, de origem britânica até 1935). De particular importância para o trabalho da SBBE foram as superintendências prolongadas de Robert Stewart, um pastor presbiteriano escocês, entre 1876 e 1902, e de Robert Moreton, filho de um pastor metodista inglês, entre 1902 e 1935, durante as quais este trabalho progressivamente se entrelaçou com a germinação de uma comunidade (fragmentada) protestante em Portugal.

Se bem que a SBBE utilizasse os seus próprios depósitos ou lojas (na capital portuguesa em 1869 e depois, temporariamente, no Porto e nas ilhas atlânticas), a distribuição bíblica se realizou na maior parte por meio de colportagem (venda de porta em porta). Devido aos fatores circunstanciais (como a disponibilidade de trabalhadores de tempo integral ou, por volta de 1870, a abolição da medida da SBBE que obrigava os colportores em Portugal a viajarem aos pares), o número de colportores flutuou entre o mínimo de três no fim da década de 1910 e o máximo de treze no fim do século XIX (p. 251). Ao lado dos colportores da SBBE, trabalhou na cidade de Lisboa entre 1881 e 1900, embora formalmente sob tutela da Missão Feminina Bíblica e Domestica de Londres e com o privilegio de distribuir bíblias de graça (uma prática que as regras da SBBE impediam), uma certa Manuela como ‘mulher da Bíblia’, cuja área de trabalho se localizava em grande parte em hospitais e prisões.

Trata-se dos objetivos e resultados da colportagem bíblica e das reações nas comunidades locais suscitadas pela mesma no terceiro capítulo. Apesar de que a SBBE não se opusesse explicitamente à Igreja Católica Romana, as suas atividades – que se concretizaram na venda de três milhões (!) de novos testamentos e bíblias inteiras e parciais entre 1864 e 1940 (p. 322) – tinham inevitavelmente intenções ‘protestantizantes’, enraizadas, nas palavras da autora, numa “teologia da Graça” (p. 370). No pensamento do qual a SBBE era impregnado, a única coisa que um homem precisa para receber a graça de Deus (necessária para ser perdoado pela sua pecaminosidade hereditária) é a fé em Jesus como o Cristo (o Redentor), que é despertada diretamente pelo Espírito Santo através da leitura e pregação da Bíblia (a Palavra de Deus). Porque acreditavam que a Bíblia fala por si só, os funcionários da SBBE acentuavam que o *nascimento* da verdadeira fé dentro de um pecador não depende de mediação sacerdotal, nem mesmo, inicialmente, de ser convencido da verdade de algumas doutrinas (de perspectiva protestante, estas contribuem ao *crescimento* da fé). Aos seus olhos, conservavam-se o desconhecimento bíblico (a ‘ignorância’) entre os portugueses e, portanto, a miséria espiritual destes por causa das práticas de piedade (‘superstições’ como rezar o rosário e peregrinações) e da veneração dos santos (a ‘idolatria’) promovidas pela soteriologia católica romana.

Desempenhavam um papel fundamental na comunicação desta mensagem bibliocêntrica da SBBE – em refutação não só do catolicismo popular, mas, sobretudo desde o início do século XX, também de ‘infidelidade’ e ‘indiferença’ crescentes – as histórias das conversões dos colportores. Como analisa a autora, as intenções ‘protestantizantes’ destes evoluíram num objetivo de “protestantização” no fim do século XIX (p. 411): a partir daquele momento, a SBBE em Portugal deliberadamente interconectou a sua distribuição bíblica mais e mais com a formação e as atividades evangelizadores de diferentes grupos de protestantes, renunciando, na prática, a sua neutralidade eclesiástica em favor de uma neutralidade interdenominacional dentro do protestantismo.

A decisão (temporária) da SBBE fazer os seus colportores trabalharem aos pares, acima referida, era uma medida defensiva contra as injúrias, expulsões e ameaças físicas por populações locais (incitadas ou não a fazer isto pelos seus párocos) com as quais eles foram confrontados até a primeira parte do século XX. (Deve ser dito aqui que a autora também apresenta sacerdotes católicos romanos que condenaram estas práticas ou aproximaram-se dos colportores até com indulgência.) Engenhosamente, os colportores tentaram usar a oposição contra o seu trabalho como um truque de venda, permitindo-os a mostrar-se como ‘mártires’ atacados

por inimigos da Palavra de Deus ou despertar a curiosidade do público. Mas não era fácil lutar contra a ideia popular de que a Bíblia era um “livro protestante”, nem contra a estigmatização pelas autoridades eclesíásticas católicas romanas das bíblias distribuídas pela SBBE como edições “falsas” e produtos de um movimento (o protestantismo) inerentemente estrangeiro, hostil para com o povo português e até mesmo “desnacionalizador” (p. 425-430).

Em parte por se munir contra aquelas acusações, a maioria dos colaboradores da SBBE em Portugal preferia distribuir bíblias na tradução feita na base da Vulgata pelo padre António Pereira de Figueiredo no fim do século XVIII. Apesar de objeções graves contra a Vulgata historicamente existentes em círculos protestantes, estes colaboradores justificavam-se por alegar que a Igreja Católica Romana unicamente reconhecia a autoridade da Vulgata e que os primeiros reformadores do século XVI tinham adquirido a verdadeira fé pela leitura da mesma (o que indicava que a Vulgata pode servir de instrumento de conversão). Além disso, admitiam que a tradução de Figueiredo era, do ponto de vista linguístico, melhor que a de João Ferreira de Almeida, um pastor português empregado na Igreja Reformada Holandesa nas Índias Orientais, tinha feita na segunda parte do século XVII. Não obstante, por ser mais próxima das línguas originais da Bíblia que a de Figueiredo, a tradução de Almeida também foi distribuída em grande escala pela SBBE – e, mais tarde, quando os protestantes portugueses iam reivindicar o seu próprio lugar na narrativa histórica nacional, fixar-se-ia até como a “versão autorizada” na memória coletiva destes. (p. 554).

O quarto (e último) capítulo trata em pormenores da distribuição e revisão pela SBBE de ambas as traduções – dando atenção também à revisão da Bíblia de Almeida realizada pela SBT nos meados do século XIX – e analisa, no contexto das tantas mudanças políticas e sociais em Portugal, até que ponto a SBBE teve a liberdade de distribuir as suas bíblias neste país em primeiro lugar. Certamente antes da criação da Agência em Lisboa, houve frequentemente problemas alfandegários com a importação de bíblias imprimidas fora de Portugal. Durante todo o século XIX, autoridades administrativas locais não raramente procederam à detenção dos colportores e à apreensão da sua mercadoria bíblica, mas de vez em quando arvoraram-se contrariamente em protetores dos mesmos.

Aquele comportamento diferente resultou de um quadro judicial ambíguo: sim, o catolicismo romano era definida como a religião do Reino na Carta Constitucional de 1826 (que, simultaneamente, dava liberdade de culto aos estrangeiros e proibia a perseguição de cidadãos por motivos religiosos) e o proselitismo não-católico era criminalizada em virtude do Código Penal de 1852, mas não houve unanimidade na questão se a distribuição bíblica pela SBBE prejudicasse os interesses da religião estatal e se qualificasse como proselitismo ou não. Por isso, aconteceu que tribunais locais muitas vezes – sob pressão de clérigos ou não – condenaram colportores, enquanto tribunais superiores sempre decidiram em favor da SBBE. Embora viajassem os colportores desde 1871 com estas sentenças judiciais favoráveis no seu bolso, eles continuavam a correr o risco de ser detidos ou privados das suas bíblias.

Terminou-se esta situação melindrosa apenas após a determinação da Tribunal da Relação de Lisboa em outubro de 1907 que “a simples venda ambulante da chamada ‘Bíblia protestante’ não constitui o crime de falta de respeito à religião do reino” (citada em p. 603-605). Por consequência disso e das circunstâncias bastante caóticas no tempo da I República Portuguesa (que suplantou a monarquia em 1910 e promulgou a separação do Estado das Igrejas

em 1911), a SBBE atravessou um ‘período de ouro’ no início da década de 1920, conseguindo aumentar espetacularmente a sua venda de bíblias e visibilidade social. O Congresso Bíblico de 1940 – organizado numa outra configuração sociopolítica (o Estado Novo), que privilegiava a Igreja Católica Romana – pode ser visto como a manifestação da autoconfiança que a SBBE e as comunidades protestantes adquiriram por isso.

O título do livro não completamente faz (nem pode fazer) justiça ao *Fundgrube* (como dizem os alemães) ou seja o tesouro que é este livro. Certamente, estão no centro do livro as discussões no seio da SBBE sobre a divulgação da Bíblia em Portugal, a realização da mesma e a ‘flexibilidade’ da SBBE de se adaptar à mudança de circunstâncias constante e radical no contexto português. Mas como a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, já disse no seu discurso na entrega do Prémio Liberdade Religiosa 2017, a obra de Rita Mendonça Leite oferece muito mais do que isso, lançando “a todos o desafio de olharmos [...] para os contributos das confissões reformadas na defesa da igualdade de cultos e na luta pela concretização da liberdade religiosa”³. No que diz respeito ao cristianismo, não é exagero dizer que, ao lado da imigração muito mais recente de não-católicos para Portugal, a semente da atual pluralidade eclesial neste país foi plantada pela SBBE, cujas atividades facilitaram (para não dizer *possibilitaram*) a proliferação de igrejas protestantes – se bem que, como este livro indica, conversões do catolicismo romano ao protestantismo fossem inicialmente mais a *consequência* que o *objetivo* propriamente dito das atividades da SBBE.

Com base da sua análise bem fundamentada, a autora conclui de modo convincente que a SBBE em Portugal não só aproveitou da promulgação da liberdade de consciência e de culto em 1911, mas também, por meio das suas atividades, *pretendia* aproximá-la – ou seja contribuir à criação de uma situação social que necessitaria uma mudança da lei neste sentido – e efetivamente *conseguiu* fazer isso (p. 679-681). Esta conclusão é uma contribuição de maior importância para a historiografia portuguesa.

Como mostram as estatísticas impressionantes incorporadas neste livro, quase todos os portugueses devem ter uns antepassados no século XIX ou nas primeiras décadas do século XX que entraram em contacto com um colportor da SBBE em um momento da vida. Por isso, este livro não simplesmente conta a história de uma associação nas margens da sociedade portuguesa (o que o grande público poderia supor à primeira vista) – em vez disso, trata-se de uma parte integrante (embora incógnita) da história de Portugal contemporâneo como tal. De certo modo, conseqüentemente, a história da SBBE é a de todos os portugueses.

Também no que se refere à minoria que é a comunidade protestante portuguesa, este livro dá muito mais do que o seu título segure. De facto, exatamente pelo seu foco na SBBE, que funcionava (em particular antes da fundação da Aliança Evangélica Portuguesa em 1921) como o ‘agente de ligação’ entre os protestantes de (quase) todas as denominações existentes em Portugal, o livro traça um panorama do desenvolvimento do protestantismo português até os meados do século XX. Na ausência de um verdadeiro livro de referência sobre a sua história – há estudos parciais em termos de temática e confissões, em não poucos casos de caráter comemorativo e até mesmo apologético –, este livro pode servir de uma introdução

3 http://www.clr.mj.pt/sections/eventos/cerimonia-de-entrega-do-premio-liberdade-religiosa-2017-23032018/downloadFile/attachedFile_f0/discurso_da_Ministra_da_Justica_-_Entrega_do_PLR_2017.pdf.

(ampla) ao protestantismo em Portugal (que é, apesar da sua dimensão numérica pequena, um labirinto tão grande quanto em qualquer outro país).

Já deveria ter ficado claro que este livro é um marco na história religiosa, protestante e sociocultural portuguesa, tendo tudo em si mesmo para se tornar uma obra fundamental no mundo lusófono. É de esperar que se publique em algum ponto uma edição (sucinta) inglesa, para que o fruto das investigações da autora receba uma distribuição mais ampla (e bem merecida). Deve haver interesse no livro no Reino Unido em particular, visto que as atividades da SBBE em Portugal são parte tanto da história (religiosa) portuguesa como da britânica. O livro demonstra que o papel extraordinário que os ingleses tiveram na história diplomática de Portugal também existiu na história do protestantismo português. Relativamente ao seu enquadramento e financiamento e à construção de uma infraestrutura nacional na sua fase formativa, este dependeu em grande parte de apoio britânico. (Presumivelmente) mais que o seu vizinho muito maior (Espanha), Portugal foi um país importante para os líderes britânicos da SBBE, porque era, diferente da Espanha, uma potência colonial na África, e, por isso, a porta de entrada a enormes 'terras brancas para a ceifa' num continente ainda não cristianizado.

Com este livro, a autora abriu novos caminhos no campo da historiografia do protestantismo em Portugal, suscitando novas perguntas. Por exemplo, em que medida foi excepcional a situação portuguesa quanto à venda de bíblias inteiras ou parciais, às discussões sobre a tradução mais 'fiel' ou 'própria' para a evangelização e sobre a (in)desejabilidade da inclusão de notas explicativas nas bíblias, à formação de uma comunidade protestante autóctone como consequência da distribuição bíblica e à reação do grande público e autoridades políticas a esta? Os resultados da pesquisa da autora prestam-se excelentemente para uma comparação internacional, primeiramente com as atividades da SBBE noutros países de maioria católica romana (como Espanha, Itália, Bélgica e Áustria). Qual a contribuição de estrangeiros não-britânicos à expansão do protestantismo em Portugal? Pelo seu foco na SBBE, o livro demonstra que a influência britânica nesta expansão foi considerável e vista como uma "mais-valia" pela SBBE (p. 616) – embora não todos os não-portugueses envolvidos na SBBE em Portugal fossem de nacionalidade britânica –, mas terá havido outras organizações estrangeiras que tomaram parte nela. E como se desenvolveu a SBBE em Portugal após 1940? *Livro, Texto e Autoridade* clama por uma continuação em que são tratados os desafios que a SBBE em Portugal (tornando-se a Sociedade Bíblica de Portugal em 1989) e as suas bases protestantes indubitavelmente encontraram durante o Estado Novo e no período depois da Revolução dos Cravos em 1974, quando a ordem civil portuguesa se transformou radicalmente.

Segundo os agradecimentos da autora, as investigações em que se baseou este livro foram em grande parte financiadas através de uma bolsa de doutoramento individual da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). É de aplaudir que a FCT tenha estado disposta a subsidiar um projeto tão profundo sobre um aspecto ignorado (mas relevante) da história portuguesa. Mas não deveria parar aí. Parece que há um certo momento oportuno para explorar mais o 'fator protestante' nesta história. De facto, no contexto da comemoração do 500o aniversário da Reforma em 2017, manifestou-se interesse pelo (património intelectual e cultural do) protestantismo nunca antes visto em Portugal. Até o Cardeal-Patriarca de Lisboa (D. Manuel Clemente) e o Presidente da República Portuguesa (Marcelo Rebelo de Sousa) fizeram, em público, elogios sobre a contribuição do protestantismo à cultura e pensamento

européus⁴. Sem quaisquer dúvidas, *Livro, Texto e Autoridade* nutrirá o interesse pelo Grande Desconhecido que é o protestantismo na história portuguesa. À visto disso, deveria haver cópias do livro em todas as livrarias em Portugal. A autora conta uma história que tem de ser contada. Pode ser que, nos séculos XIX e XX, Portugal não fosse um país pequeno (como os salazaristas queriam fazer crer). Mas certamente não foi um país heterogeneamente católico romano (o que eles queriam fazer crer igualmente).

Graças a esta obra, a terra que é a história do protestantismo português torna-se menos branca, mas ainda há muito para colher. É de esperar que a ceifeira muito hábil que é Rita Mendonça Leite receba a oportunidade de encher mais a sua cesta.

4 *Diário de Notícias*, 28 e 31 de outubro de 2017.